

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 18

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Burocracia tributária custa R\$430 bilhões por ano ao Brasil (Artigo).....3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita isenta de IR venda de imóvel para quitar financiamento de outro..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Carga tributária vai a 33,9% do PIB é a maior em 12 anos, apesar de promessa de Bolsonaro
.....5**

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita ganha reforço, mas sindicato mantém protesto.....7

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Doações podem garantir dedução de até 6% no IRPF..... 8

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - POLÍCIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Apreensão de cocaína.....10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Para evitar a zeragem dos investimentos públicos - RAUL VELLOSO..... 11

ALÔ BRASÍLIA - DF - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

CDH pedirá a Pacheco urgência na votação de veto..... 13

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária tem semana decisiva.....14

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sistema mais eficiente (Editorial)..... 16

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

MPF denuncia envolvidos na 'Maus Caminhos' por sonegar R\$10 milhões..... 17

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO
SEGURIDADE SOCIAL

Saque do FGTS começa depois da Páscoa. Veja o calendário!..... 18

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Economistas aprovam saque do FGTS para pagamento de dívida.....19

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda as mudanças no empréstimo consignado.....21

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: pagamento de benefícios referentes a março segue até quinta; veja calendário	23
.....	
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO	
Confira as datas do calendário eleitoral	24
JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA CONGRESSO EM FOCO	
Google contesta PL das Fake News	25
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Tarifaço no plano de saúde	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Impasse sobre futuro da Petrobras afeta ações e arrasta Bolsa	27

Burocracia tributaria custa R\$430 bilhões por ano ao Brasil (Artigo)

Antonio Tuccilio

Estudo da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon) mostra que são necessárias 600 horas por ano para o cumprimento de obrigações tributárias pelos contribuintes junto à **Receita Federal**. É um custo extremamente elevado. Para se ter uma ideia, pesquisa feita entre 190 países mostra que a média não passa de 234 horas!

Esses dias, li excelente artigo do querido colega Carlos Leony, presidente da Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp), e de Fábio Rocha Verbicário, superintendente de Automatização da Fiscalização e do Atendimento da Se faz-RJ. No texto, eles destacam o quanto o Brasil perde ao limitar a gestão tributária.

De acordo com o Núcleo de Tributação do Insper, enquanto países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm custo administrativo tributário de 0,28% do **PIB**, no Brasil esse peso é estratosférico: são 19,7% - sem colocar o contencioso judicial na conta.

A perda acarretada por esse modelo institucional é absurda. Cálculo conservador feito por Leony e Verbicário chegou ao número: são R\$ 429,5 bilhões. Um absurdo!

Para se ter uma noção do tamanho do desperdício, esse total corresponde a 15% da arrecadação tributária anual do país, cujo valor previsto para 2022 é de R\$ 2,5 trilhões, somando os **impostos** municipais, estaduais e da União. Mais ou menos um mês de arrecadação. Nesse valor cabem os ganhos de uma **reforma tributária** no país.

É inacreditável que o modelo de administração tributária esteja estacionado desde 1960. Naquele tempo, a fiscalização era pessoal e individual, sem o uso da tecnologia da informação. São 62 anos de estagnação!

Indiscutivelmente, está aí uma trava à administração tributária. Se o Brasil quer mesmo entrar para a OCDE, tem um longo caminho pela frente. É necessário adotar e aplicar as boas práticas das administrações tributárias dos países líderes.

No artigo, os autores destacam a necessidade de o Brasil "trilhar o caminho da ciência da administração tributária". Assino embaixo. É preciso ter um sistema tributário mais previsível, independentemente das leis tributárias em vigor ou que possam ser adotadas. Impressionante o montante de dinheiro perdido.

Antonio Tuccilio. Presidente da Confederação Nacional dos **Servidores Públicos** (CNSP)

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/05/04/2022/p1>

Receita isenta de IR venda de imóvel para quitar financiamento de outro

A **Receita Federal** publicou uma norma que amplia as possibilidades para a pessoa física vender imóveis com direito a isenção de Imposto de Renda.

Com a mudança, fica previsto expressamente que é isenta a venda que tenha o objetivo de quitar a prestação de outro imóvel que esteja sendo comprado por meio de financiamento.

As condições são que os recursos sejam usados em seis meses após a venda, que os dois ativos sejam residenciais e localizados no Brasil e que o novo imóvel já seja possuído pelo vendedor do primeiro.

De acordo com a Receita, o normativo (publicado em 16 de março) retira a vedação prevista anteriormente a essa hipótese. A jurisprudência do STJ (Superior Tribunal de Justiça) já considerava ilegal o impedimento.

"O entendimento anterior era que não haveria isenção nos casos em que o valor resultante da venda de imóvel(is) residencial(is) era usado para quitar financiamento, mas somente quando usado para a compra de outro(s) imóvel(is) residencial(is), localizado(s) no Brasil, no prazo de 180 dias da celebração do contrato", afirma a Receita.

"A nova instrução revogou a vedação à isenção e incluiu a previsão expressa da isenção sobre o ganho na venda de imóvel(is) residencial(is) para quitar financiamento(s)", complementa nota enviada pelo fisco.

As informações sobre o normativo foram publicadas nesta segunda-feira (4) pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Bianca Xavier, professora de direito tributário da FG V (Fundação Getúlio Vargas), afirma que desde 2005 a legislação brasileira vem sendo flexibilizada para dar isenção de Imposto de Renda às operações de venda de imóveis em certas circunstâncias. O objetivo é reduzir o custo das transações e, assim, movimentar o mercado imobiliário.

Ela diz que o entendimento sendo modificado pela Receita já era previsto pela Justiça, mas que, mesmo assim, a norma vai contribuir para trazer mais segurança jurídica e menos litígios entre U não e

contribuintes. "Nada melhor do que a Receita reconhecer isso e impedir a judicialização." Daniel de Paula, especialista da consultoria contábil IOB, afirma que a lei sobre o tema não vedava o benefício no caso da isenção para financiamentos e que, por isso, o Judiciário entendia que a norma infra legal da Receita não tinha poder para essa proibição.

Apesar disso, diz ele, o entendimento acaba beneficiando só quem entrava na Justiça. "A Receita publicou essa instrução normativa mais para dar segurança aos contribuintes", afirma.

O Imposto de Renda sobre ganho de capital tem alíquotas entre 15% e 22,5% aplica das sobre o "lucro" da operação (ou seja, adiferença entre o preço de venda e o da compra feita anteriormente). Os percentuais variam conforme o valor (quanto maior o ganho, maior a alíquota).

A medida era um pedido do setor imobiliário, que acaba sendo beneficiado por menores custos das transações no mercado. "Sempre ajuda", diz José Carlos Martins, presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção).

A nova isenção se soma a outras hipóteses já previstas em lei. Os normativos já preveem, por exemplo, que o ganho de capital de imóvel é isento se o vendedor, em seis meses após a celebração do contrato, aplicar os recursos na compra de outro imóvel residencial no país.

Também há um percentual progressivo de isenção para imóvel vendido quanto mais antigo for o ativo. Aqueles comprados antes de 1969, por exemplo, são isentos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49871&anchor=6453471&pd=a4d9cb782807d28fe6d0084988340ce>

Carga tributária vai a 33,9% do PIB é a maior em 12 anos, apesar de promessa de Bolsonaro

A carga tributária brasileira cresceu para o equivalente a 33,9% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2021, o maior patamar em pelo menos 12 anos. A elevação é registrada apesar da promessa feita pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) durante a campanha de 2018 de uma redução gradativa de **impostos**.

O percentual é resultado de um aumento superior a dois pontos percentuais em relação a 2020 (quando o número havia ficado em 31,7%) e foi impulsionado pela reversão dos incentivos fiscais instaurados durante a crise da Covid-19.

Os números fazem parte de estimativas feitas pelo Tesouro Nacional com base no manual de estatísticas do FMI (Fundo Monetário Internacional), sendo o início da série em 2010. O número oficial sobre a carga tributária costuma ser divulgado pela **Receita Federal** no meio do ano.

Na divisão por esfera de governo, o maior crescimento foi visto na cobrança de **impostos** do governo federal - que teve crescimento de 1,53 ponto percentual (para 22,48% do **PIB**).

De acordo com o Tesouro, o aumento na arrecadação federal é resultado de fatores como a elevação de receitas com IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), resultando em uma maior arrecadação sobre empresas.

Além disso, foram obtidos mais recursos com o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). Nesse caso, o crescimento é registrado após a alíquota ficar reduzida a zero em boa parte de 2020 para mitigar os efeitos da crise da pandemia.

A carga dos governos estaduais aumentou de forma mais modesta, em 0,55 ponto percentual (para 9,09% do **PIB**). Já dos governos municipais aumentou em 0,06 (para 2,33% do **PIB**).

Os dados mostram ainda que a maior carga tributária é feita sobre bens e serviços (14,76% do **PIB**). Em seguida, ficam contribuições sociais (8,19%), **impostos** sobre renda, lucros e ganhos de capital

(8,02%), **tributos** sobre a propriedade (1,65%) e outros (1,28%).

Durante a campanha de 2018, o então candidato Bolsonaro afirmou no programa de governo entregue à Justiça Eleitoral que suas propostas incluíam a "gradativa redução da carga tributária bruta brasileira".

O único ano em que o mandato registrou retração da carga, no entanto, foi em 2020 - ano do auge da crise econômica - provocada pela pandemia e quando foram concedidas medidas de alívio nos **impostos** para reduzir o impacto da crise.

Os números compilados pelo Tesouro apontam que a carga tributária brasileira fica acima da média da América Latina e próxima à média da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Em 2019, ano com os dados mais recentes disponíveis para comparação internacional, o Brasil teve carga de 32,59% do **PIB**. Enquanto isso, a média da América Latina foi de 22,95%. Já a média dos países da OCDE foi de 33,42%.

O aumento da carga tributária não garantiu ao Brasil um superávit nas contas públicas. Mas a melhora fiscal e a perspectiva de alcançar um resultado positivo nos próximos anos tem servido de justificativa para o governo a intensificar os cortes neste ano, de eleições.

Em fevereiro deste ano, por exemplo, o governo anunciou um corte linear de 25% no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) dizendo que a medida iria impulsionar o parque fabril brasileiro. Essa e as demais medidas adotadas ou em preparação neste ano por governo e Congresso com o objetivo de reduzir **impostos** vão custar pelo menos R\$ 55 bilhões para União, estados e municípios em 2022.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem defendido que a arrecadação tributária não pode alimentar um Estado obeso e dar margem a políticas consideradas equivocadas. Ele já falou até na criação de um teto de **impostos**.

"Ébem-vindo, em vez de falar só de teto de gastos, pensar em teto de **impostos**. Eu sou um liberal. Os **impostos** têm que ter limites." Especialistas têm afirmado que os cortes causam menos preocupação neste ano do que em outros momentos, justamente por causa do aumento da arrecadação -mas que, mesmo assim, é necessário fazer alertas.

Para analistas, a elevação nas receitas públicas tem sido em grande parte impulsionada por efeitos conjunturais -como o avanço da **inflação** e o aumento do preço do petróleo.

O risco é chegar a um momento em que a receita não será mais beneficiada por esses fatores e o país precise re-discutir as reduções-o que é considerado uma tarefa difícil, já que que as empresas facilmente se "acostumam" com **tributos** mais baixos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49871&anchor=6453471&pd=a4d9cb782807d28fe6d00849888340ce>

Receita ganha reforço, mas sindicato mantém protesto

EDUARDO RODRIGUES e ANTONIO TEMÓTEO

Após os servidores alertarem que o dinheiro da **Receita Federal** estaria perto do fim, com ameaça de uma paralisação do órgão ainda no primeiro semestre, o Ministério da Economia decidiu recompor o orçamento do Fisco. Mas os auditores dizem que os novos recursos também serão insuficientes para chegar ao fim do ano.

Desde dezembro, o Sindifisco Nacional reclama do corte de R\$ 1,2 bilhão no orçamento da Receita para 2022. Na noite de quarta-feira, o governo publicou o decreto de reprogramação orçamentária com um aumento de R\$ 468,5 milhões no orçamento do Ministério da Economia para este ano. De acordo com fontes da equipe econômica, recompor o orçamento da Receita é uma das prioridades para a aplicação destes recursos, mas outras áreas da pasta também devem ser contempladas.

"Ainda que fosse direcionado apenas para a **Receita Federal**, o governo sabe que esse valor não viabiliza o funcionamento da Receita", disse o presidente do Sindifisco Nacional, Isac Falcão. Apesar de estarem em operação-padrão nas aduanas desde o fim de 2021, os auditores- fiscais descartam uma paralisação como a do Banco Central e a do Tesouro Nacional, porque a falta de orçamento poderia levar a uma suspensão involuntária das atividades a partir do próximo mês. Questionada, a **Receita Federal** disse apenas que não iria comentar.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Doações podem garantir dedução de até 6% no IRPF

Declarar uma doação para projetos sociais pode render incentivos fiscais de até 6% na Declaração do Imposto de Renda, convertendo parte do valor do auxílio em benefícios ao contribuinte, como desconto no imposto a pagar ou uma restituição maior a receber, caso o declarante opte pelo formulário completo da declaração.

Mas as doações só rendem benefícios quando são destinadas a entidades beneficentes e projetos culturais aprovados pela **Receita Federal** para fazerem parte da lista de instituições com incentivo fiscal, gerando o abatimento na declaração. Os incentivos visam estimular os setores de Cultura, Esporte, Assistência Social e Saúde.

Quem realizou doações a algum projeto que se enquadre na modalidade até o dia 31 de dezembro do ano passado, deve informá-las na declaração deste ano, que segue até o dia 29 de abril.

De acordo com Adelcio Menezes, responsável pelo setor de Parcerias da Fundação Norberto Odebrecht e também coordenador da campanha Tributo ao Futuro, que usa o mecanismo de benefício fiscal, pessoas jurídicas também têm direito ao benefício na declaração, neste caso, de 1% no valor do imposto.

Mesmo quem ainda não fez doações pode doar parte do imposto devido diretamente na declaração. Caso opte, é possível destinar 3% do valor aos fundos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e mais 3% ao Fundo dos Direitos do Idoso (FDI).

O aposentado Edmilson Batista Menezes, 63 anos, realiza mensalmente uma doação para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), através da conta de energia elétrica. Todo mês, há um ano, ele paga R\$ 20 a mais na conta, convertidos em doação do mesmo valor para a instituição.

Ele declara o imposto de renda todos os anos e já inclui os gastos médicos na declaração. Este ano, ele diz que pretende declarar também as doações. "Sempre doe para os lugares que eu podia, mas não sabia que dava para incluir no imposto até pouco tempo. Não comecei a doar para APAE por isso, mas já serve de incentivo para outros fazerem o mesmo", conta Edmilson.

Aninha Franco, idealizadora do Projeto Teatro XVIII, que visa ocupar teatros baianos levando apresentações musicais e outras produções, acredita que as doações no Imposto de Renda são uma ótima oportunidade de incentivo a iniciativas como a dela. "A arte e projetos beneficentes precisam de mais apoio, essa é uma ação que sem dúvida direciona o olhar das pessoas para isso".

Em 2021, mais de R\$ 3,5 milhões foram declarados como doação no Imposto de Renda (IR) dos baianos, de acordo com dados da **Receita Federal**. Ao todo, foram R\$ 3,5 milhões em 3.426 doações declaradas - sendo R\$ 2,4 milhões para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA) e quase R\$ 1,1 milhão para os Fundos dos Direitos do Idoso (FDI).

O montante é 70% maior do que foi declarado como doação em 2020. Vale lembrar que a declaração é sempre referente ao ano anterior, e como em 2020 vivemos o ápice da pandemia, isso demonstra que os baianos aumentaram suas doações em um momento de crise.

COMO DECLARAR?

O contador da Ascont Assessoria Contábil, Gilson Lustosa, explica que quem realizou doações a projetos deve informar na ficha Doações Efetuadas. É necessário incluir o nome e o CNPJ ou CPF do projeto beneficiado, além do valor doado. O programa gerador da declaração vai informar o limite de dedução dos valores de acordo com o valor do imposto devido.

Quem ainda não fez doações pode dar parte do imposto devido ao fundo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para isso, basta preencher a ficha Doações Diretamente na Declaração (ECA), na aba Resumo da Declaração, selecionando o tipo de fundo e informando o valor da doação, conforme o limite de dedução.

TRIBUTO AO FUTURO

O Tributo ao Futuro é uma campanha de incentivo a doações incentivadas [que geram benefícios fiscais], da Fundação Norberto Odebrecht, para garantir o apoio à educação de adolescentes em situação de vulnerabilidade. Os recursos são direcionados a adolescentes da zona rural, para custear o processo

educativo das escolas localizadas no Baixo Sul da Bahia.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Apreensão de cocaína

A **Receita Federal** apreendeu ontem pela manhã 337 quilos de cocaína no Porto de Itaguaí, na Baixada Fluminense. Segundo o órgão, a droga estava escondida em um contêiner que tinha como destino final a Europa.

Ainda de acordo com a Receita, a localização do entorpecente só foi possível graças à atuação de cães farejadores e de equipamentos de raios-X. As inspeções foram feitas, segundo o órgão, "utili-

zando critérios de gerenciamento de risco".

O material que estava no terminal de contêineres foi encaminhado à Polícia Federal, que ficará responsável pelas investigações. A apreensão foi feita pela Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho da Receita.

No dia 25 de março, em uma operação conjunta com a Polícia Federal, a Receita já havia apreendido grande

quantidade de cocaína escondida em cortadores de pisos cerâmicos e porcelanatos. A droga foi localizada no Aeroporto Galeão-Tom Jobim também com a ajuda de um cão farejador. Seu destino seria Moçambique, na África.

No mesmo dia, a Receita apreendeu 400 projéteis para fuzil no aeroporto. A munição havia sido despachados de Miami, nos Estados Unidos, e seguiria para Cotia, no interior de São Paulo,

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Para evitar a zeragem dos investimentos públicos - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

São enormes os desequilíbrios que alcançam boa parte dos regimes próprios de previdência que hoje existem em 26 estados, no DF e em cerca de 2.100 municípios, com óbvias consequências desfavoráveis. Estimativas recentes sugerem deficits financeiros anuais totais de R\$ 175,4 bilhões, sendo 78,8 bilhões na União; 88,7 bilhões nos estados, inclusive o DF; e os restantes R\$ 7,9 bilhões nos municípios. Já os passivos atuariais, que totalizam R\$ 4,3 trilhões e deveriam tender a zerar um dia, são os seguintes: 1,2 trilhão na União; 2,1 trilhões nos estados, inclusive o DF; e R\$ 1 trilhão nos municípios.

Medidos por pessoa segurada (em R\$ mil), os passivos se concentrariam primeiro na União (R\$ 839); depois, nos estados inclusive DF (R\$ 454); e por fim nos municípios (R\$ 287). Ou seja, se fazer parte dos regimes próprios versus **INSS** é uma regalia, é na União que esse privilégio é muito maior, seguindo-se os estados e depois os municípios.

A principal consequência da subida abrupta dos gastos previdenciários é a redução do investimento público. Além dos efeitos sobre o nível de emprego, isso traz impactos mais estruturais e desfavoráveis na competitividade e no investimento privado. Portanto, o esforço de ajuste fiscal, que deveria ter como principal vetor o equilíbrio previdenciário, precisaria estar, também, associado a um plano de retomada do investimento, sob modelos mais modernos e criativos, integrados com investimentos dos fundos já capitalizados da previdência pública (onde há hoje cerca de R\$ 200 bilhões, basicamente aplicados em títulos públicos federais), e sob a forma de concessões e parcerias público-privadas.

Estados e municípios são obrigados legalmente a aprovar planos de equacionamento (ou zeragem) dos passivos atuariais anualmente junto à União, entre outras exigências, para receber um certificado de boa conduta, sem o que ficariam impedidos de fazer jus a transferências voluntárias dela oriundas. Um percentual expressivo dos estados tem obtido liminar do STF tornando sem efeito essa medida, enquanto a matéria não é julgada de forma definitiva.

Para enfrentar esse problema, é preciso projetar receitas e despesas para os próximos 75 anos, apurar

o resultado financeiro anual, e, imaginando a prevalência de deficits sistemáticos em muitos casos, calcular o passivo total a preços constantes e em termos de valor presente, a fim de adotar as medidas adequadas de correção.

Sinteticamente, o processo convencional de ajuste desses desequilíbrios inclui: 1) uma reforma de regras, como a da Emenda 103/19, a última reforma aprovada no Congresso Nacional, que se aplicou automaticamente apenas à União ? ou seja, cada ente terá de aprovar a sua; 2) além de aportar as contribuições patronais e dos servidores ali incluídos, cabe adicionar, na maioria dos casos, ativos (como imóveis) e/ou outros recursos a um fundo de previdência específico, incluindo sua securitização ou antecipação de seu ingresso, para fazer face aos compromissos previdenciários; 3) aumento das contribuições dos ativos e inativos. 4) criação de fundos de investimento com os recursos dos RPPS hoje aplicados em títulos públicos federais, para financiar projetos de interesse dos municípios e de desenvolvimento econômico.

Cabe ressaltar que, entre outros problemas a atacar com disposição, é muito baixa a adesão à última reforma, pois, de cerca de 2 mil municípios com regimes próprios, menos de 300 aprovaram suas reformas com base na Emenda 103/19, ou seja, 15% no máximo.

Na sequência de providências básicas cabíveis, caberia primeiro estimar em quanto tempo os entes cuja situação se examina em maior profundidade, especialmente os que são objeto de maior interesse geral, teriam seus investimentos zerados, caso utilizassem essa como a principal variável de ajuste, e não enfrentassem o problema de frente, diante da subida prevista pelos estudos atuariais mais recentes para os deficits previdenciários respectivos nos próximos anos.

Na verdade, há cerca de três anos, eu mesmo havia feito esse tipo de avaliação, e apurei que a cidade do Rio de Janeiro zeraria seus investimentos quase instantaneamente, isto é, em 2020, último ano do mandato precedente, projetando uma situação financeiramente caótica, mandato esse que acabou terminando com deficits orçamentários acumulados de R\$ 3,8 bilhões, algo que se chocava frontalmente com

o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo a qual os deficits acumulados em qualquer mandato teriam de ser zero. Já no caso de São Paulo, a situação ficaria difícil, mas não tanto, pois a zeragem só ocorreria em 2029, ou seja, nove anos depois.

A situação desses dois entes precisa ser urgentemente reexaminada, considerando que, em meados de 2021, a Prefeitura do Rio, após a venda da Cedae ao setor privado, anunciou um ambicioso programa de gastos baseado nas receitas obtidas, mas concentrado em gastos correntes, enquanto a de São Paulo aprovou um programa de ajuste previdenciário nas linhas acima descritas. Deverei me dedicar a isso e relatarei o resultado mais adiante neste espaço.

Resumo

Constatados os enormes desequilíbrios previdenciários e seu impacto desfavorável sobre os investimentos públicos e a competitividade do País, defendo a aprovação de planos de equacionamento desses deficits e um passo a passo de tarefas cabíveis. De passagem, deve-se calcular, para casos relevantes, em quanto tempo os investimentos zerarão, caso não se tome qualquer atitude em favor do ajuste previdenciário.

CDH pedirá a Pacheco urgência na votação de veto

O pedido de derrubada do Veto 11/2022, aplicado pelo governo federal ao Orçamento da União de 2022, foi o ponto principal de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) nesta segunda-feira (4). Os debatedores alertaram para o fato de que o Ministério do Trabalho e Previdência perdeu R\$ 1 bilhão, tendo sido a pasta mais prejudicada com a decisão do governo. Autor do requerimento para a discussão, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que enviará as reivindicações colhidas no debate ao presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco. Reajuste salarial, capacitação dos senadores, realização de concursos públicos e apoio dos parlamentares para a articulação de uma mesa de negociação com o Poder Executivo foram outros encaminhamentos dos debatedores acatados por Paulo Paim.

- Acredito que política se faz com coração e também com emoção. Quando os debatedores dizem que o povo está chorando, está pedindo socorro, vemos que, mais do que nunca, essa audiência tem que dar os encaminhamentos que atendam aos interesses da nossa gente. Nosso interesse é que o governo recue nesse desmonte do **INSS** - disse Paim.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) afirmou que o desmonte do **INSS** é histórico, praticado desde governos anteriores até o atual, do presidente Jair Bolsonaro - classificado por ela como um governo "que cultua a morte".

- As pessoas não são pobres, as pessoas são empobrecidas por decisões políticas de um governo que cultua a morte, seja pela fome, seja pela covid, seja por tirar os direitos conquistados com muita luta. E a gente sabe que esses direitos aqui não foram fáceis.

Site:

https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_15_edic_a_o_3410_i

Reforma tributária tem semana decisiva

Brasília - O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), aposta na realização de um esforço concentrado na Casa legislativa, nesta semana, para tentar destravar a polêmica **reforma tributária**.

A iniciativa vem sendo considerada como a última chance de a proposta que unifica os **tributos** sobre o consumo ser aprovada ainda neste ano.

A aprovação da reforma tornou-se o grande objetivo de Pacheco, para apresentar como a mais importante marca de seu primeiro mandato à frente do Senado.

Após abdicar de concorrer ao Palácio do Planalto, o senador mineiro quer demonstrar habilidade de negociação e se cacifar para um novo mandato no comando do Senado Federal, em 2023.

Os planos iniciais de Pacheco previam que a leitura do relatório e votação na CCJ acontecessem logo depois do fim do recesso parlamentar, no início de fevereiro.

Após quase dois meses da retomada dos trabalhos, a **reforma tributária** teve seu parecer apresentado pelo relator, senador Roberto Rocha (PTB-MA), mas qualquer avanço esbarrou em longos debates, obstruções, pedidos de vistas e sessões canceladas.

O texto prevê a substituição dos principais **tributos** sobre o consumo por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual em duas esferas: uma federal e outra estadual e municipal.

No plano federal, os atuais PIS e Cofins seriam substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Já na esfera regional, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS) seriam ambos substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Os estados e municípios teriam autonomia para fixar suas próprias alíquotas, mas a legislação seria unificada, e a cobrança seria feita apenas no destino de cada mercadoria ou serviço.

Mesmo com a articulação pesada da cúpula da Casa, senadores veem grandes chances de a investida naufragar. Além da complexidade do tema, há resistência de diversos blocos, em um contexto já contaminado pelas eleições de outubro.

O presidente do Senado convocou o esforço

concentrado para o período de hoje a quinta-feira (7), destinado a votar a indicação de autoridades para cargos, como embaixadores, presidentes de agências reguladoras, entre outros. Essas votações não podem ser feitas de maneira remota.

Pacheco quer aproveitar a presença maciça de senadores em Brasília na próxima semana para tentar votar a **reforma tributária** na CCJ e eventualmente no plenário.

"O importante é nosso compromisso com a **reforma tributária**, que não será engavetada. Nosso desejo é vê-la apreciada. Rejeitando ou aprovando, que ela seja votada no Senado Federal", afirmou Pacheco recentemente, após evento no Ministério Público do Ceará.

A articulação para votar a proposta durante o esforço concentrado teria sido um acordo fechado com Roberto Rocha, que busca encerrar uma relatoria que demanda grande esforço e atenção. O senador quer focar em sua pré-campanha para o governo do Maranhão, ao mesmo tempo em que tenta capitalizar seu papel como espécie de pai da **reforma tributária**.

Pacheco recebeu nas últimas duas semanas os principais líderes de bancada do Senado, em busca de apoio para a votação. Ouviu promessas de esforço para tentar convencer senadores de DEM, PP e PSD.

Porém, ele também ouviu indicativos de que haverá resistência mais forte de outras grandes bancadas, como o MDB - a maior da Casa, com 14 parlamentares.

Senadores apontam que essa deve ser a última chance da tributária, pois abril será um mês com feriados prolongados e pouca atividade presencial, maio será marcado por articulações de federações partidárias e os meses seguintes serão dedicados a coligações para as eleições.

O segundo semestre de ano eleitoral é tradicionalmente marcado por atividades parlamentares praticamente inexistentes.

"Eu defendo que seja votada na CCJ. Seria uma agenda muito acertada do Senado a aprovação da **reforma tributária**."

Mas a tensão da janela partidária ainda estará muito alta. Vai diminuir um pouco com o fim da janela, mas o

prazo para a inclusão no sistema segue mais para a frente.

Então ainda vai ter um pouco dessa questão na cabeça dos senadores", afirma o senador e membro da comissão Marcos Rogério (PL-RO).

O parlamentar diz que o próprio esforço concentrado pode atrapalhar. Se por um lado haverá vários senadores presentes em Brasília, possibilitando maior articulação, por outro um eventual número elevado de sabatinas poderia tirar o foco da reforma.

Líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM) se posiciona contra a votação da **reforma tributária** em ano eleitoral. Ele argumenta que um tema complexo como esse deve ser feito com base em uma análise mais ampla de País, não sob influência de questões eleitorais.

IPI - Também está na mira a substituição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por um Imposto Seletivo sobre cigarros, fumo, bebidas alcoólicas, ou outros produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

O fim do IPI poderia reduzir a competitividade da Zona Franca de Manaus, cujos produtos já são isentos de imposto.

Sem um novo tributo para manter a atual carga tributária sobre bens de informática ou eletroeletrônicos, os bens produzidos na região perderiam sua vantagem em relação aos elaborados no resto do País.

(Folhapress)

Sistema mais eficiente (Editorial)

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal volta a se reunir amanhã com oito projetos na pauta. Entre eles, está a proposta de **reforma tributária** (PEC 110/2019), tema polêmico que já esteve antes na pauta da comissão, mas não chegou a ser votado.

A PEC 110/2019 faz uma série de mudanças em regras tributárias. A principal delas é a instituição de um modelo dual do Imposto de Valor Agregado (IVA). O IVA Subnacional será composto pelo Imposto de Bens e Serviços (IBS), resultado da fusão do ICMS (imposto estadual) e do ISS (imposto municipal). Já o IVA Federal será formado pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que unifica **tributos** federais (IPI, Cofins e Cofins-Importação, PIS e Cide-Combustíveis) arrecadados pela União.

Está prevista ainda a criação do chamado Imposto Seletivo (IS), que incidirá sobre a produção, importação e comercialização de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A última vez que a proposta esteve na pauta da CCJ foi em 16 de março.

Há pelo menos três décadas tem-se discutido no Brasil a necessidade de reformar nosso sistema tributário. Em 1995, quando o termo Custo Brasil foi debatido pela primeira vez, em um seminário da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a carga tributária já era considerada o grande vilão do setor produtivo. Desde então, além de a carga tributária ter subido de 27% para 33% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o sistema de cobrança de **impostos** tornou-se ainda mais complexo.

Estudo elaborado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), com apoio de associações setoriais da Indústria, demonstrou que o Custo Brasil consome, anualmente, das empresas cerca de R\$ 1,5 trilhão -- o equivalente a 22% do **PIB** nacional.

Ter um sistema tributário eficiente - que preserve o equilíbrio na concorrência e garanta a competitividade das empresas, além de aliviar o bolso do trabalhador - é fundamental para acelerar o ritmo do crescimento econômico do Brasil, com a geração de emprego e renda. Espera-se que essa nova tentativa do Congresso resulte em mudanças positivas e substanciais para toda a sociedade.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=4693>

MPF denuncia envolvidos na 'Maus Caminhos' por sonegar R\$10 milhões

Da Redação com Assessoria

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou o médico e empresário Mouhamad Moustafa e a advogada Priscila Marcolino Coutinho por sonegação de **impostos** de renda e de contribuições sociais da empresa Salvare Serviços Médicos Ltda. de mais de R\$ 10 milhões.

Na ação penal apresentada à Justiça Federal, o MPF aponta que, entre março de 2014 e dezembro de 2016, Mouhamad e Priscila fraudaram documentos referentes à atividade da Salvare para se apropriar dos valores de imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins).

Foram registradas 12 ocasiões em que Mouhamad e Priscila, por meio da empresa Salvare, apresentaram declarações falsas e não declararam intencionalmente receitas ao Fisco. Isso permitiu que ambos se apropriassem de R\$ 7.876.012,85 em relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e de R\$ 2.683.447,72 em relação às contribuições sociais CSLL, PIS/Pasep e Cofins.

O MPF pediu à Justiça Federal a condenação de Mouhamad e Priscila no crime previsto no art. 1º da Lei n. 8.137/90, que prevê pena de reclusão de dois a cinco anos e multa. Pediu também que a pena seja aumentada de um terço até a metade, pelo fato ocasionar dano à coletividade e o crime ter sido praticado em relação à prestação de serviços ou ao comércio de bens essenciais à vida ou à saúde.

Além disso, o MPF pediu que a pena seja aumentada de um sexto a dois terços, de acordo com o artigo 71 do Código Penal, já que as declarações falsas ocorreram em 12 diferentes ocasiões.

O MPF pediu ainda, na ação penal, a condenação de Mouhamad e Priscila à reparação mínima de R\$ 10.559.460,572 - valor correspondente aos **impostos** e contribuições sonegadas - com atualização monetária.

Além de a empresa Salvare ter sido investigada na

Operação Maus Caminhos, Mouhamad e Priscila também já foram processados por crimes tributários cometidos na administração da empresa Sociedade Integrada Médica do Amazonas (Simea), também envolvida na operação.

A ação penal tramita na 4ª Vara Federal, sob o n. 1015797-36.2020.4.01.3200.

Site: <https://d24am.com/jornais/dez-minutos/05-04-2022-2/>

Saque do FGTS começa depois da Páscoa. Veja o calendário!

FOLHAPRESS

BENEFÍCIOS

O saque extraordinário de até R\$ 1.000 do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) começará a ser liberado pela Caixa Econômica Federal depois da Páscoa. O calendário de retiradas vai do dia 20 de abril até 20 de junho.

A liberação dos valores ocorrerá conforme o mês de aniversário do trabalhador e será sempre às quartas e aos sábados. Quem nasceu em janeiro terá o dinheiro primeiro, na quarta-feira (20), já os nascidos em fevereiro terão de esperar por dez dias até conseguir acesso aos valores, a partir de 30 de abril.

Essa pausa nos pagamentos ocorrerá por causa do feriado de Tiradentes, celebrado em 21 de abril, quando não haverá expediente bancário. A retirada, no entanto, poderá ser feita a distância, por meio do FGTS digital, implantado pela Caixa em fevereiro de 2021 para facilitar a liberação de dinheiro do Fundo de Garantia.

Pelas regras do governo federal, terá direito ao saque extraordinário do FGTS o trabalhador com saldo no Fundo de Garantia que não esteja bloqueado. Ao todo, 42 milhões podem ter acesso ao dinheiro, conforme cálculos do Ministério da Economia.

O dinheiro liberado poderá ser de conta aberta pelo atual emprego ou de ex-empregadores. Se houver saldo, autoriza-se primeiro o saque dos valores das empresas mais antigas até chegar à mais recente. A partir desta sexta-feira (8), a Caixa deve liberar a consulta e informar se o cidadão terá direito de sacar. Por meio do app FGTS ou no site fgts.gov.br o trabalhador poderá, além de conferir os valores disponíveis, dizer se quer ou não receber.

Caso não queira o montante liberado, o trabalhador poderá escolher essa opção, também a partir de sexta-feira (8). No aplicativo, será possível, ainda, atualizar o cadastro para receber os valores, consultar o total disponível para saque extraordinário e ver a data em que o crédito será liberado. Quem não movimentar o dinheiro até 15 de dezembro no Caixa Tem terá os valores devolvidos para a conta do fundo, segundo a Caixa.

COMO SERÁ O SAQUE? O saque será totalmente digital, por meio do aplicativo Caixa Tem. O depósito na poupança social digital aberta pela Caixa será automático. No Caixa Tem, será possível fazer compras e pagamentos de contas, além de transferir os valores para outras contas e realizar o saque do dinheiro, inclusive por Pix.

O trabalhador já pode conferir se tem saldo no fundo e se a empresa atual ou o ex-empregador fizeram o depósito corretamente. Segundo a Caixa Econômica Federal, 42 milhões poderão fazer o saque de até R\$ 1.000 do FGTS, somando R\$ 30 bilhões liberados. Os valores que estiverem bloqueados na conta vinculada do FGTS também não poderão ser sacados, isso deve ocorrer com trabalhadores que optaram pelo saque-ani-versário, liberado apenas no mês de nascimento do profissional.

CUIDADO COM OS GOLPES

A Caixa alerta os trabalhadores para que tenham cuidado com golpes. O banco afirma que não envia mensagens com solicitação de senhas, dados ou informações pessoais. Também não manda links ou pede confirmação de dispositivo ou acesso à conta por e-mail, SMS ou WhatsApp.

É possível, no entanto, por meio do aplicativo FGTS, solicitar o envio de SMS para saber se há o depósito mensal dos valores do Fundo de Garantia. As informações também podem ser enviadas por carta, mas o trabalhador precisa ir a uma agência pedir.

O saque do FGTS faz parte de um pacote do governo federal de estímulo à economia. O pacote inclui ainda outras medidas, como a antecipação do 13º dos aposentados e pensionistas do **INSS**, o microcrédito para empreendedores e a liberação de consignado para quem ganha BPC (Benefício de Prestação Continuada) e Auxílio Brasil.

Site: <https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2074>

Economistas aprovam saque do FGTS para pagamento de dívida

SIMON NASCIMENTO

Especialistas aconselham fazer ranking pelo valor da taxa de juros

A partir do dia 20 de abril, os brasileiros com contas ativas e inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderão ter em mãos até R\$ 1.000 com o saque extraordinário autorizado pelo governo federal. Economistas aprovam o uso do dinheiro não previsto no orçamento para amenizar os problemas financeiros.

Conforme cálculos do Ministério da Economia, 42 milhões de trabalhadores podem ter acesso ao FGTS.

Para se ter uma ideia da dificuldade enfrentada pelo brasileiro hoje, 30% da população - 65 milhões de pessoas - está endividada.

Pesquisa do Serasa Experian aponta que a dívida média de cada cidadão é de R\$ 4.042,08.

Os principais vilões do orçamento são os débitos com cartão de crédito e bancos, seguidos dos compromissos utilitários, como contas de água e luz e boletos do varejo. E, para quem deseja utilizar o dinheiro do FGTS para tentar organizar as finanças, a máxima do momento é cautela, alertam especialistas.

Boletos que têm taxas de juros mais pesadas devem ser priorizados para evitar um agravamento da situação.

O economista-chefe da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio-MG), Guilherme Almeida, afirma que o planejamento das dívidas é essencial. "Por meio dele consegue-se fazer um ranking de compromissos pelo custo da dívida e a taxa de juros que incorre em cada uma", destaca.

Almeida alerta para as dívidas no cartão de crédito em que as taxas do rotativo, quando não se paga o boleto ou apenas a quitação parcial, costumam ser as mais pesadas do mercado.

"Quando o consumidor paga a fatura mínima ou em atraso, ele entra no crédito rotativo que pode chegar a 13% ou 14% ao mês", lembra Guilherme.

Para o assessor da Atrio Investimentos, Lauro Araújo, os débitos com cheque especial também merecem atenção especial. Mas o especialista lembra que as dívidas são passíveis de negociação.

"Normalmente, o banco dá um bom desconto, de 25% a 30%, para quem negocia o pagamento à vista, mesmo em caso de dívidas do cartão de crédito e cheque especial", diz.

Araújo ainda lembra que a negociação tende a ser complicada de início. "É importante 'jogar duro', persistir.

Eu já vi casos de a pessoa conseguir até 50% de desconto", destaca Lauro.

ÁGUA E LUZ. O pagamento das dívidas de cartão de crédito e cheque especial, entretanto, só deve ser prioridade caso não haja atrasos nas faturas mensais de água e luz.

Lauro Araújo frisa que, geralmente, nas dívidas de água, luz, internet e condomínio, a taxa de juros não é abusiva, o que não permite negociação, então pagá-las é mais importante.

A partir desta sexta-feira, a Caixa deve liberar a consulta e informará se o cidadão terá direito de sacar por meio do app FGTS ou no site fgts.gov.br. Caso não queira o montante liberado, o trabalhador poderá escolher essa opção. O saque será digital, por meio do aplicativo Caixa Tem. O depósito na poupança social digital aberta pela Caixa será automático.

No Caixa Tem, será possível fazer a movimentação, inclusive por Pix.

Saque traz oportunidade de investimento

7Para quem está com o orçamento organizado, o saque extra do FGTS pode ser uma oportunidade de rendimento melhor.

Nas contas da Caixa, o valor recolhido mensalmente pelas empresas sobre o salário do trabalhador rende 3% ao ano, índice considerado o mais baixo do mercado, conforme o assessor da Atria Investimentos, Lauro Araújo. "Qualquer investimento vai render mais

que o FGTS", atesta.

O especialista diz que títulos como o Tesouro Direto IPCA podem ter rendimento de 5% a 6% ao ano, além da correção conforme a **inflação**, e podem ser feitos com valores a partir de R\$ 100.

Ainda de acordo com o assessor de investimentos, há outros títulos como o Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAS), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA).

O principal, alerta Lauro Araújo, é ter cuidado para não ver o sonho virar frustração: "Quando for muito bom para ser verdade, duvide.

Não existe dinheiro fácil".

Na mesma linha, o economista- chefe da Fecomércio, Guilherme Almeida, diz que as aplicações devem ser feitas após estudos e perfil de cada pessoa. "O ideal é que o consumidor procure um profissional que indique corretamente o investimento mais adequado", afirma.

RESERVA. Quem ainda não tem a chamada reserva de emergência também pode utilizar o saque do FGTS para se precaver contra imprevistos financeiros. O valor indicado por economistas é o correspondente a seis meses do salário mensal de cada trabalhador.

"As aplicações mais adequadas neste sentido são as que trazem segurança e possibilitam liquidez diária, que podem ser sacadas a qualquer momento", acrescenta Almeida.

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16621>

Entenda as mudanças no empréstimo consignado

Diego Monteiro

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), por meio do Diário Oficial da União (DOU), publicou recentemente uma instrução normativa que autoriza os bancos a ampliar a margem de empréstimo consignado para aposentados e pensionistas, passando de 35% para 40% de empréstimo em cima do salário.

De acordo com as regras, a divisão ocorre da seguinte forma: até 35% da renda para as operações de empréstimo pessoal; já para as operações de cartão de crédito ou cartão consignado de benefício, o beneficiário pode comprometer apenas 5% do salário.

Segundo a advogada e especialista em direito previdenciário Gabriela Rodrigues, o crédito consignado é aquele concedido com desconto automático em folha de pagamento. "Esse benefício é interessante pois oferece os menores juros do mercado, já que as instituições têm garantia de pagamento", explicou.

As regras não sofreram mudanças com a decisão: as taxas máximas de juros são de 2,14% para operações de crédito consignado convencionais e 3,06% para transações com cartão de crédito. No caso do prazo para pagamento, o empréstimo pode ser realizado em 84 parcelas.

BPC

A medida provisória que ampliou a margem do empréstimo também concedeu acesso ao consignado a pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), garantia assistencial de um salário mínimo pago por mês aos idosos a partir dos 65 anos, além de Pessoas com Deficiência (PCD) de qualquer idade.

Para ter direito, o idoso ou portador de deficiência precisa ter renda familiar de até 25% do salário mínimo por pessoa da família, calculada com as informações do Cadastro Único (CadÚnico) e dos sistemas do **INSS**. Exceção para quem possuir renda de meio salário mínimo por pessoa da família.

Nos casos em que houver exceção, será levado em consideração: o grau de deficiência; dependência do idoso para a realização de atividades básicas; o

comprometimento da renda com gastos médicos, tratamentos de saúde, fraldas, alimentos especiais e medicamentos. "Na minha visão, foi um grande passo para o Benefício de Prestação Continuada, pois consegui, dessa forma, prestar benefícios a pessoas que antes não conseguiam e agora podem ter direito de um benefício que, muitas das vezes, ajuda em algumas necessidades desse idoso ou deficiente", pontuou.

A advogada alerta quanto ao tempo vigente da decisão. "Por ser uma medida provisória, ato executado pelo Poder Executivo, ela possui um prazo de validade de 60 dias, que pode ser prorrogado por mais 60. Então os interessados precisam buscar o quanto antes esse empréstimo", ressaltou.

"Isso pode mudar caso seja alterado de medida provisória para lei, aí teremos um benefício sem prazo, de forma permanente, e as pessoas poderão solicitar o empréstimo em qualquer período. Por isso vale deixar o alerta para não perder o prazo", completou Gabriela Rodrigues.

Por ser considerado um benefício assistencial, não é necessário ter contribuído ao **INSS** para ter direito ao empréstimo consignado. No entanto, o BPC não dá direito ao 13º salário e nem pensão em caso de morte do titular.

PARA ENTENDER

COMO SOLICITAR

Para não ter erro, a advogada Gabriela Rodrigues dá algumas orientações para solicitar o empréstimo consignado. Segundo a profissional, o requerimento deve ser feito pela internet, por meio do portal "Meu **INSS**", sem a necessidade de ir a uma agência **Previdência Social**.

"No caso das pessoas com deficiência, além de comprovar a renda mínima exigida, é necessário que seja feita uma avaliação médica e social no **INSS**. Os exames são para comprovar as condições físicas, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo", completou Rodrigues.

Em caso de problemas no recebimento do benefício, a advogada alerta: "deve-se procurar o **INSS** de forma

presencial para saber o que aconteceu para o impedimento. Dependendo do que foi explicado para o beneficiário, ele pode dar entrada a uma ação na justiça", disse.

Site: <https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2074>

INSS: pagamento de benefícios referentes a março segue até quinta; veja calendário

Por g1

No decorrer desta semana, até a quinta-feira (7), o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) dá continuidade aos pagamentos dos benefícios para aposentados e pensionistas referentes ao mês de março, que tiveram início no último dia 25.

O calendário leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Veja abaixo o calendário de pagamento dos benefícios:

Valores das contribuições ao **INSS** mudam a partir de fevereiro; entenda Benefícios do **INSS** acima do mínimo têm reajuste de 10,16%; teto sobe para R\$ 7.087,22. Veja calendário de benefícios Prova de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

Atualmente, são mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país - mais de 60% recebem um salário mínimo.

Para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde 1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo **INSS** não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Já os aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 10,16% na remuneração - o teto dos benefícios do **INSS** passou de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

Como consultar benefícios

Uma maneira simples de fazer a consulta dos benefícios do **INSS** é através da central de atendimento por telefone, no número 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h; O segurado pode acessar o site Meu **INSS**, que reúne diversos serviços digitais do **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de Extrato de Pagamento e você terá acesso ao seu extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício; A consulta do benefício também pode ser

feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer o login, e então, todos os serviços disponíveis e histórico das informações do beneficiário serão listados.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/05/inss-pagamento-de-beneficios-referentes-a-marco-segue-ate-quinta-veja-calendario.ghtml>

Confira as datas do calendário eleitoral

ABÍLIO DANTAS REDAÇÃO

Após o fim do período da janela partidária, no dia 1 de abril, e do prazo de desincompatibilização para quem ocupava cargo público e pretende concorrer nas próximas eleições, no dia 2, o calendário estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) segue com datas importantes para o processo de escolha dos representantes da população nos governos federal e estadual, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional.

A direção nacional dos partidos políticos e federações têm até hoje (5) para publicarem no Diário Oficial da União (DOU) as normas para a formação de coligação.

De acordo com o TSE, a partir da data até a posse dos candidatos eleitos, as administrações públicas não poderão fazer revisão geral da remuneração dos **servidores públicos** que "exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição", segundo a Lei nº 9.504, de 1997.

No dia 4 de maio, se encerra o prazo para que os eleitores solicitem operações de transferência e revisão dos títulos eleitorais, assim como é a data-limite para a regularização dos jovens que irão votar pela primeira vez. É também o último dia para que "presos provisórios e os adolescentes internados que não possuem inscrição eleitoral regular na unidade da Federação onde estejam localizados sejam alistados ou requeiram a regularização de sua situação para votarem nas eleições de 2022", completa o Tribunal.

O advogado paraense especialista em Direito Eleitoral, Sávio Melo, afirma que as datas fixadas no calendário eleitoral visam a organização de todos os procedimentos indispensáveis para a boa condução do pleito eleitoral.

E servem, ainda, para demonstrar, de modo claro e objetivo, as condutas que devem ser adotadas pelos partidos políticos e pré-candidatos, além de alertá-los sobre as circunstâncias vedadas pela legislação eleitoral.

"O não cumprimento dos prazos estipulados no calendário eleitoral pode trazer sérias consequências, como, por exemplo, o indeferimento do registro de candidaturas ou, até mesmo, eventual configuração de conduta vedada, por exemplo", destaca.

Ainda em maio, entre os dias 11 e 13, será realizado o Teste de Confirmação das correções aplicadas decorrentes dos resultados obtidos no Teste Público de Segurança (TPS) ocorrido no período de 22 a 27 de novembro de 2021. O TPS é um evento permanente do calendário da Justiça Eleitoral criado para aprimorar o processo eletrônico de votação.

"Realizado, preferencialmente, no ano anterior às eleições, traz a participação e colaboração de especialistas na busca por problemas ou fragilidades que, uma vez identificadas, serão resolvidas - e testadas - antes da realização das eleições", afirma a Justiça Eleitoral.

Já o dia 15 de maio é a data a partir da qual é facultada aos pré-candidatos a arrecadação prévia de recursos na modalidade de financiamento coletivo, ficando a liberação de recursos por parte das entidades arrecadadoras condicionada ao cumprimento, pelo candidato, do registro de sua candidatura, da obtenção do CNPJ e da abertura de conta bancária.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37134&edicao=120373>

Google contesta PL das Fake News

A empresa Google, detentora da ferramenta de busca de mesmo nome e do site Youtube, iniciou uma campanha publicitária em que se opõe a mecanismos do atual texto do Projeto de Lei das Fake News, que tramita na Câmara dos Deputados.

Segundo o presidente do Google Brasil, Fabio Coelho, o projeto na prática compromete a capacidade de enfrentamento das plataformas contra a desinformação.

O projeto prevê que as plataformas digitais deverão pagar aos jornalistas pelo conteúdo fornecido em suas páginas. Segundo Fabio Coelho, esse mecanismo apresenta falhas que podem comprometer o controle de qualidade do programa de parcerias do Google e Youtube, bem como beneficiar conteúdo não-jornalístico.

"Sem uma definição precisa do que deve ser considerado conteúdo jornalístico ou de como ele seria utilizado, o Google seria obrigado a pagar a produtores de conteúdo apenas por exibir seus sites nos resultados de pesquisa", aponta.

Outro mecanismo previsto no projeto que preocupa a empresa é a obrigatoriedade dos mecanismos de transparência algorítmica, dando clareza sobre como funciona a distribuição de conteúdo nas plataformas.

"Atores mal-intencionados que desejam contornar nossas políticas podem usar esse conhecimento para encontrar maneiras de manipular nossos sistemas. Fornecer a eles um manual de instruções provavelmente resultará em um aumento na desinformação", alertou a equipe do Youtube na campanha.

Google e Youtube também se preocupam que as fake news se sobreponham nos resultados de pesquisas, uma vez que estas não terão cobrança pela exibição. "Do jeito que está, o projeto de lei desestimula as plataformas de busca de oferecer essa experiência completa, ao exigir o pagamento pelo uso até mesmo uma única palavra de uma notícia ou de seu título.

(.) As plataformas online não conseguiriam mostrar mais do que uma lista de links até que negociassem acordos com todas as empresas de mídia", afirmou Fabio Coelho, que também teme que o projeto beneficie grandes veículos em detrimento dos pequenos.

Relator rebate O relator do projeto, deputado Orlando Silva (PCdoB- -SP), considera falacioso o discurso apresentado contra a remuneração de conteúdo jornalístico nas plataformas.

"Definir o que é conteúdo jornalístico é fácil, é processo de produção de informações que tem técnicas, métodos, checagem de fontes, pluralismo. É preciso considerar a dimensão nacional, regional e local. E incluir a mídia alternativa e publicações digitais", disse ao **Congresso em Foco**.

O parlamentar também afirma desconfiar dos interesses do Google e das demais Big Techs na campanha relacionada ao Projeto de Lei das Fake News. "Eles estão usando e abusando de seu poder econômico, de sua estrutura para interferir no debate público.

Estão fazendo chantagem e ameaçando alguns meios de comunicação que recebem um pouco de recursos deles, afirmando que terão muita dificuldade para sobreviver", declarou.

Publicidade Orlando Silva destaca que projetos de lei semelhantes já foram aprovados em países da União Europeia e na Oceania, e que as plataformas digitais argumentam no Brasil de forma semelhante ao ocorrido nesses continentes. "Esse debate acontece no mundo.

As Big Techs ameaçam sair de todos os países que tentam estabelecer regras, e nunca saem.

O Google está lutando para manter intocável seus lucros que crescem ano após ano", relatou.

Tarifaço no plano de saúde

Michele Portela

A alta do preço dos medicamentos - que tiveram reajuste de quase 11% - não é a única má notícia para o bolso dos brasileiros. O aumento nos planos de saúde, previsto para maio, deverá ser recorde e ultrapassar os 13,57% registrados em 2016, de acordo com dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), responsável por regulamentar o setor.

Em 2021, os planos individuais tiveram desconto de 8,2%, devido à redução da demanda para uso dos serviços médicos oferecidos. Agora, de acordo com projeções de especialistas, os reajustes deste ano devem ficar entre 15% e 18,2%, o que superaria com folga o recorde de seis anos atrás.

Essa alta englobaria também os planos coletivos, que agregam os convênios empresariais. Apesar de a pandemia da COVID-19 ainda não estar totalmente superada, a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) justificou a expectativa dessa correção diante da mudança de cenário e do aumento dos custos operacionais.

"Diversos fatores influenciam o reajuste dos planos de saúde, como o aumento do preço de medicamentos e insumos médicos, o crescimento da utilização de recursos dos planos e a incorporação de novas tecnologias nas coberturas obrigatórias", informou a Fena-Saúde em nota.

O próximo índice oficial de correção começa a valer entre maio de 2022 e abril de 2023 e será definido neste mês pela ANS. O pior cenário é calculado no estudo do Instituto de Estudos da Saúde Suplementar (IESS). O levantamento, que considera a variação dos custos médico-hospitalares feita pelo IESS (VCMH-IESS) e verifica a média ponderada entre as categorias de preços do serviço, foi de 18,2% para o período de 12 meses, encerrado em junho de 2021.

Outra projeção de aumento está em um recente relatório do banco BTG Pactual, que aponta uma correção de 15%. A taxa é menor do que a prevista pelo IESS, mas também ficou acima do reajuste recorde de 2016 e supera a **inflação**. No ano passado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) registrou alta de 10,06%. E, no acumulado em 12 meses até a primeira metade de março, o indicador registrou elevação de 10,8%.

DESANIMADOR Para os planos coletivos (sejam os empresariais ou os por adesão), o cenário não deve ser melhor: historicamente, esses planos, que são a maioria no país, já sofrem reajustes mais altos do que os individuais e familiares e não passam por controle da ANS. Assim, o reajuste anual é livremente negociado entre a pessoa jurídica e o plano de saúde.

O aumento médio dos planos coletivos com 30 ou mais beneficiários foi de 5,55% e o de planos de saúde coletivos com até 29 vidas ficou em 9,84%. De acordo com a associação, o consumidor pode acionar os canais de atendimento da operadora em busca de esclarecimento sobre índices de correção.

De acordo com a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), num universo de 48.932.711 beneficiários atualmente, 39.974.088 estão vinculados aos planos coletivos, sendo que, desse total, 33.662.601 estão ligados aos planos coletivos empresariais e 6.311.487 aos por adesão.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/05/04/2022/p1>

Impasse sobre futuro da Petrobras afeta ações e arrasta Bolsa

Clayton Castelani

Em um dia de oscilação nas ações da Petrobras provocadas pela dança das cadeiras na diretoria da estatal, o importante peso da companhia sobre o mercado acionário do país fez o Ibovespa penar para manter o patamar de 121 mil pontos, alcançado na semana passada.

O índice de referência da Bolsa de Valores brasileira cedeu 0,24%, a 121.279 pontos. A queda ocorria após o indicador ter fechado o primeiro trimestre com cerca de 15% de ganho e atingido, na sexta-feira (i°), a melhor pontuação em oito meses.

As ações preferenciais da Petrobras, as mais negociadas na Bolsa, recuaram 0,88%.

Investidores digeriram ao longo do dia a decisão de Rodolfo Landim, que recusou o convite para ocupar a presidência do conselho de administração da companhia. Além disso, notícias sobre a possibilidade de desistência do consultor Adriano Pires, indicado para substituir o general Joaquim Silva e Luna na presidência da empresa, também afetaram o mercado. A desistência foi oficializada depois do fechamento do pregão.

Landim e Pires são próximos do empresário baiano Carlos Suarez, dono da Termogás, empresa que controla distribuidoras de gás encanado em regiões ainda não atendidas por gasodutos. Ficou mais conhecido com o S da OAS, que ajudou a fundar e da qual depois se desligou.

Vitor Carettoni, diretor da mesa de renda variável da Lifetime Investimentos, afirma que a indicação de Pires havia sido bem recebida pelo mercado, que o considera favorável à manutenção da política de preços de combustíveis que estabelece paridade com o exterior.

Esse sistema é sensível à variação do petróleo, cujo valor está inflacionado devido aos riscos que a guerra na Ucrânia representa à oferta.

Preocupado com o impacto da **inflação** sobre a avaliação do seu governo, o presidente Jair Bolsonaro (PL) estava descontente com Silva e Luna devido aos aumentos nos preços dos combustíveis.

"Com a saída dele [Pires], fica novamente em risco a possibilidade de entrar algum presidente que possa segurar o preço [dos combustíveis] na Petrobras", comentou Carettoni.

As indicações de Pires e Landim seriam avaliadas pelos acionistas da estatal em assembléia agendada para o próximo dia 13.

Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, destaca que a proximidade da data da assembléia também amplia a pressão sobre o mercado, gerando mais oscilações aos papéis da companhia.

Arbetman afirma, porém, que o mercado acredita que a diretoria da Petrobras continuará a tomar decisões técnicas, o que significa manter a atual política de preços. "O governo vai ter que tomar decisões mais práticas. Pelo perfil das decisões anteriores, acreditamos em uma indicação técnica", diz.

Ainda sobre a ligeira queda da Bolsa nesta sessão, Pamela Semezzato, analista de investimentos da Clear Corretora, explica que um dia de correção - jargão do mercado para descrever uma queda dentro de uma sequência de ganhos - pode ser positivo para permitir a entrada de investidores que estavam esperando um momento de baixa. Isso poderia reforçar a tendência de alta futura.

Porém, na avaliação de Semezzato é importante para o Ibovespa a manutenção da casa dos 121 mil pontos alcançados na semana passada. Isso teria o efeito psicológico de quebra de barreira para investidores, que passariam a enxergar esse novo patamar como adequado para a entrada no mercado.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49871&anchor=6453471&pd=a4d9cb782807d28fe6d0084988340ce>